

A ameaça de um governo que gasta demais

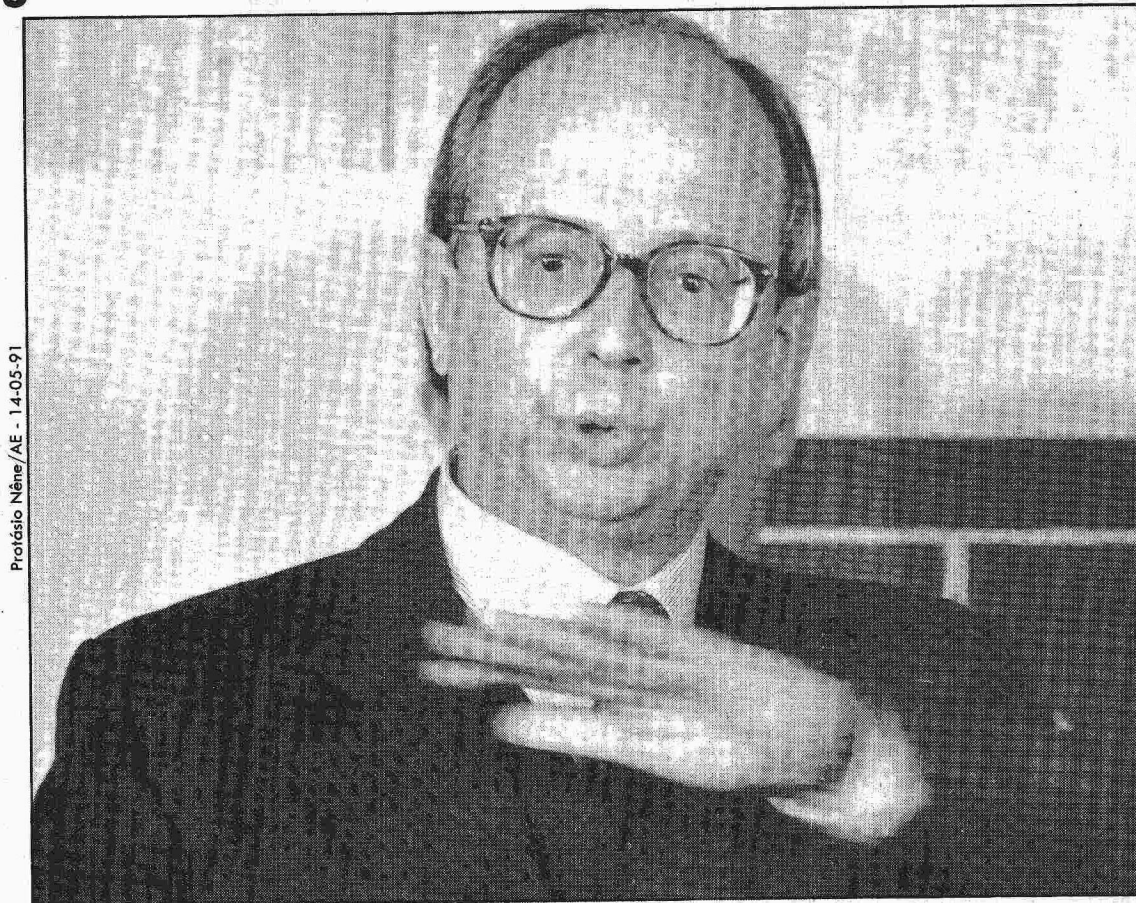
FÁBIO PAHIM JR.

O excesso de gastos por parte do governo é o maior perigo para a economia brasileira hoje. Seu nome técnico é *política fiscal expansiva*, ou seja, um aumento dos gastos do governo, na tentativa de obter uma recuperação mais rápida da atividade econômica depois que a recessão atingiu seu ponto máximo, no primeiro trimestre deste ano. O risco ameaça a gestão Marcílio Marques Moreira e se evidencia porque o Banco do Brasil passou a ser presidido por um homem indicado pelo Palácio do Planalto.

“Tradicionalmente, o BB atua como um braço avançado da política de aproximação com os aliados do governo e depois, quando não recebe o pagamento pelos empréstimos que concedeu, pede socorro ao Banco Central ou ao Tesouro. Isto foi evitado com Policaro (ex-presidente do BB) mas agora a situação poderá modificar-se pondo em risco a austeridade e abrindo caminho para uma volta rápida da inflação”, afirma um economista que acompanha de perto as contas públicas. Além do BB, a Caixa Econômica Federal continua sob o controle político do Executivo. O resultado do excesso de gastos será, na melhor das hipóteses, inflação de 20% ao mês até o final do ano.

Os economistas das mais diversas tendências concordam: a economia brasileira chegou ao fundo do poço, como afirmou o ministro Marcílio Marques Moreira. Mas para que a lenta recuperação de agora não se perca, recomendam manter a dieta monetária e fiscal — uma combinação necessária para evitar um crescimento rápido da inflação e, com ela, o retorno à recessão. Nos próximos três a quatro meses, os riscos chegarão ao auge — mas o teste já está começando, menos de 30 dias após Marcílio chegar ao poder, a 8 de maio, com a saída de Zélia.

O grande desafio é o descongelamento dos cruzados a partir de 16/9 — dizem economistas como Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc), e o deputado fe-



Marcílio: gestão ameaçada por pressões na política fiscal

deral César Maia (PMDB-RJ). A devolução dos cruzados “implicará emissão de moeda”, afirma Guedes, e ameaçará as metas de controle da moeda do BC. Maia prevê que a expansão da moeda com a liberação será de 13 a 14% ao mês e completa o quadro de perigos: a política salarial e o reajuste de aluguéis, entre agosto e setembro.

O consultor José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg & Associados, teme que o governo gaste o que não tem para forçar uma recuperação mais rápida. “O sorriso dos governadores me preocupa. Quando eles riem, já sei que vai sobrar para mim”, ironiza Savasini. Para o trimestre junho/agosto, a Rosenberg & Associados prevê uma inflação quase estável, oscilando entre os 9,5% e os 10,5% ao mês. Gastos em excesso do governo elevariam, porém, esse patamar e criariam uma situação explosiva em agosto/setembro, quando será definida a política salarial.

“O governo — afirma o con-

sultor — é o único agente que poderá injetar demanda na economia, mas não haverá resposta da oferta. Mais demanda levaria o Congresso a pressionar o Executivo pela indexação dos salários”. Já a inflação crescerá muito.

Os juros altos alimentam a recessão

“Por enquanto, o movimento de recuperação da economia é tênue, com uma recomposição de estoques. É melhor que seja assim”. O professor Alkimar Moura, da FGV-SP, evita prognósticos para mais de 30 dias, mas acredita que a política monetária poderia ser melhor conduzida. Não há, por exemplo, segurança de que a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) fique estável, embora ela seja essencial para determinar o custo do dinheiro para as empresas (*hot money*). Os depósitos dos bancos no BC e os pagamentos de impostos também deve-

riam ser revistos para permitir uma diminuição dos juros, que alimentam a recessão, elevam os custos das empresas e acabam produzindo mais inflação. “O governo pensa que está fazendo uma política monetária de juros reais, mas não está conseguindo influenciar a taxa de juros relevante para as empresas que é a do CDI”, diz Moura.

Para César Maia, porém, a taxa de inflação já é de 12% ao mês (terça-feira, a Fipe divulgou o índice de 5,81% na 3ª quadrissemana de maio) e será de 15% em agosto. Mas há tempo para reverter a situação: “Esta é a hora de a equipe ministerial mostrar a que veio, já que ainda não o fez, e, espero, por estilo e por ser contra choques”. O especialista em preços Francisco de Assis, também do Ibmecc, acredita que apesar do aumento da inflação — já previsto — a economia brasileira vai melhorar. Segundo ele, os empresários já se preparam para aumentar a produção e com isto o custo unitário dos produtos cairá.